

XXI CONGRESSO REGIONAL JSD AÇORES

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

FUTURO COM ESPERANÇA

Primeiro subscritor:
VITÓRIA CAROLINA SOUSA DA SILVA
Militante da JSD nº327575



MENSAGEM AOS MILITANTES



Caros militantes da JSD, enfrento este desafio pessoal e político, alicerçando-o no percurso e experiência que fui adquirindo junto da nossa juventude, ao longo de vários anos, nas suas demais causas, tendo sempre presente, a base da liberdade e igualdade - valores chave da social-democracia.

Desta forma igualitária e livre, não menosprezo as necessidades de todas as faixas etárias dentro da juventude, ao qual qualifico esta candidatura. O fundamento é o de abraçar as causas e solucionar essas necessidades.

Do Corvo a Santa Maria, a juventude demonstra-nos a garra, a determinação e a energia de uma juventude que não se pode deixar afetar pela insularidade, mesmo quando a sua emancipação fica comprometida.

Os Açores podem alcançar relevantes avanços económicos, sociais e políticos ao investir no potencial da nossa juventude. Os jovens necessitam de apoio nas políticas públicas para enfrentar os problemas que mais os afetam.

Podemos cruzar os braços quando um jovem se vê limitado por uma economia de baixos salários ou se a atual emergência climática ameaça a sustentabilidade dos territórios? Podemos cruzar os braços quando não conseguimos prosseguir os estudos devido aos elevados custos do alojamento? Não podemos acomodar-nos quando as nossas gerações têm de ultrapassar duas crises e uma pandemia.

Atualmente, vivemos um momento de viragem na Região, com um governo PSD/CDS-PP/PPM, fundamental para colmatar e garantir que a juventude açoriana tenha uma única voz para a defender, trazendo assim, a realidade dos seus problemas à esfera pública.

Nesse sentido iremos lutar, por um futuro da juventude, na nossa Região, nas nossas ilhas, com oportunidades, igualmente e inovação.

P'lo futuro da juventude,
Um futuro com esperança.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
EDUCAÇÃO	6
SAÚDE	9
DESPORTO	13
EMPREGO	16
HABITAÇÃO	21
AMBIENTE	24
MAR	28
AGRICULTURA	30
CULTURA	33
CARIZ SOCIAL E ECONÓMICO	36
COMPROMISSOS INTERNOS NA ESTRUTURA	39

INTRODUÇÃO

Esta Moção Global de Estratégia (MGE) é o resultado do trabalho que decorreu da auscultação de jovens das nove ilhas Açorianas. Todos os militantes da estrutura da Juventude Social Democrata dos Açores, tiveram a oportunidade de contribuir ativamente para este documento, de forma a colaborar com o futuro das políticas de juventude para os próximos anos.

Este projeto com uma visão ampla das causas, necessidades e problemas da juventude, e de cada uma das ilhas do nosso arquipélago, atinge diversos objetivos por diferentes áreas e setores de desenvolvimento, diretamente ligados às preocupações da juventude na nossa sociedade. Deste modo, a MGE é constituída por 9 alicerces, sendo eles a educação, saúde, desporto, emprego, habitação, ambiente, mar, agricultura e cultura. Destes nove culmina o cariz social e económico que depende de cada um dos alicerces mencionados.

Nestes nove alicerces temáticos destaco como prioridades:

- A transição digital, com um sistema de ensino educativo que aposte na literacia digital, adequado à realidade em que vivemos;
- A educação ambiental para criar uma geração consciencializada, tendo como objetivo final diminuir o impacto das alterações climáticas;
- A igualdade de oportunidades na emancipação da juventude, valorizando a estabilidade profissional e pessoal.

Após esta menção setorial, esta candidatura apresenta um projeto para a estrutura interna da JSD, de forma a garantir a sua continuidade.



EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

Pilar de crescimento, a educação em sistema de formação inicial ou contínua, quer-se em função das características e necessidades das crianças e jovens açorianos.

A reformulação do sistema de ensino, ainda que de forma progressiva, pode ser concretizada segundo as propostas aqui apresentadas, que decorrem, não só tendo em consideração as taxas atuais de (in)sucesso escolar, como ainda atendendo ao contexto pandémico que obrigou o cancelamento de aulas presenciais e o recurso ao ensino por via digital.

A Transição Digital deve ser a aposta de carácter urgente no seio da comunidade escolar. Não cremos que passe apenas por dotar as instituições de equipamentos e ferramentas de hard e software; devemos, paralelamente, apostar na transição para manuais digitais e na introdução de um sistema de intercomunicação de escola para casa e de casa para a escola, favorecendo o importante envolvimento da comunidade escolar. Todo este processo transformativo requer uma aposta na formação dos utilizadores de primeira linha: falamos dos alunos, das suas famílias, dos docentes e dos não docentes.

No que se refere ao Ensino Superior e à Universidade dos Açores, defendemos uma efetiva reivindicação, junto da Assembleia da República, entidade competente para o efeito, para o reforço dos equipamentos digitais, garantindo meios para a sua utilização, como o reforço das redes de internet, e pontos de carregamento.

Afigura-se essencial reivindicar a especificação de cursos a lecionar na Academia dos Açores, dedicados às reais necessidades da Região.

No que respeita ainda ao Ensino Superior, propõe-se a revisão de acessibilidades às vagas nas residências, estabelecendo-se quotas em representação dos estudantes açorianos.

Com os constrangimentos impostos pela pandemia, que resultaram em necessários ajustes às rotinas escolares de cada aluno e de cada família, urge a necessidade de recuperar competências perdidas. Sugerimos a criação de uma rede de oficinas, como um espaço onde se possam dinamizar projetos para conhecer a brincar, tentando minimizar as aprendizagens perdidas pela Covid19.

O objetivo seria concretizar equipas multidisciplinares em cada concelho e atendendo às diferentes faixas etárias, preparados para acolherem crianças para o fomento do pensamento crítico e da criatividade, garantindo a igualdade de oportunidades.

Importa ainda valorizar o ensino profissional. Cada vez mais é reportada a falta de mão de obra qualificada para trabalhos técnicos, como a mecânica e a eletrónica.

SAÚDE

SAÚDE

A saúde é uma das áreas mais abordadas e com maior projeção nos holofotes da intervenção política no último ano, devido à crise pandémica SARS-COV-2, mais conhecida pela designação da Organização Mundial de Saúde (OMS) como Covid19, e que nos afetou grandemente em termos económicos e sociais.

Para a OMS, a saúde é definida como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças”. O biopsicossocial de cada humano no seu estado pleno significa ser uma pessoa saudável.

Normalmente pensamos que a saúde e a doença são assuntos que dizem respeito apenas à condição física do corpo. No entanto, ter saúde física engloba a condição geral do corpo em relação às doenças e significa possuir um metabolismo regular e ativo, quer através da prática regular de exercício físico e de uma alimentação equilibrada e saudável.

Torna-se urgente captar a consciencialização da juventude para o impacto e para as consequências que o aumento do sedentarismo e de uma alimentação desequilibrada causam na nossa saúde, como é o caso das doenças cardiovasculares, responsáveis por 17,9% milhões de mortes no mundo, anualmente. Nos Açores, a prevalência é elevada: mais de 30% das causas de morte são derivadas de doenças cardiovasculares, como é o caso do Acidente Vascular Cerebral ou Enfarte Agudo do Miocárdio.

A educação e a consciencialização dos jovens na saúde passa por formar e assumir o debate social nas políticas de saúde, principalmente nas que dizem respeito diretamente à juventude.

Propomos um projeto formativo para dar capacidade de resposta em situações de emergência, como é o caso de um acontecimento súbito como a Paragem Cardiorrespiratória. Quanto mais precoce for a sua atuação, maior a probabilidade de sobrevivência.

Através da comunidade escolar, conseguimos educar e formar os jovens para o Suporte Básico de Vida com diferentes graus de formação e ensino, tendo em conta a sua idade escolar, de modo a adequar a formação.

Deve ser reforçada, junto dos jovens, a importância da adoção de estilos de vida saudáveis. Para isso, propomos um programa de promoção e educação para saúde digital, com o intuito de aproximar a juventude destas medidas educativas e da realização de webinars dedicados à saúde, bem-estar e de carácter nutricional.

Reivindicamos ainda mais e melhores recursos materiais e digitais, assim como mais recursos humanos, nas equipas de intervenção de saúde escolar e comunitárias nas diferentes Unidades de Saúde de Ilha (USI), com um papel ativo nos diversos núcleos de saúde familiares e escolas de cada concelho dos Açores;

Até ao momento, existem USI que não têm uma equipa de saúde escolar destacada exclusivamente para trabalhar junto da comunidade escolar e educar para a saúde. Pretende-se que os ganhos em saúde sejam alcançados junto dos jovens, e para tal, só resultam do trabalho e dedicação a tempo inteiro e não como trabalho de segunda linha.

O défice de recursos humanos em determinadas carreiras na saúde também é uma das nossas preocupações, na inerência da prevenção e acesso aos cuidados de saúde de qualidade. Assim, torna-se essencial apostar na formação e futuro dos profissionais de saúde da nossa região. Para isso, deve ser adaptado o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2005/A, que contempla as bolsas de estudo para medicina, alargando-o a outras áreas da saúde em défice na Região e que não são lecionadas na Universidade dos Açores, como as áreas que incluem os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e os Técnicos Superiores de Saúde.

Além do já mencionado em relação à saúde física, a saúde mental e social deve também ser foco das políticas juvenis e preventivas neste setor. A saúde mental pode ser definida pela qualidade de vida emocional de cada indivíduo, tendo presente a capacidade cognitiva para a integração na sociedade, desenvolvendo assim capacidades para enfrentar as adversidades da vida.

Com a pandemia, diversas foram as fragilidades diretamente ligadas à saúde mental e social que se fizeram refletir, levando a outros malefícios, quer seja em

dependências no consumo de estupefacientes, tabaco, álcool ou dependências sem substâncias, como é o caso das redes sociais, jogos ou compras.

A toxicodependência é um dos flagelos sociais da saúde na nossa região. Os Açores continuam a liderar o ranking de consumos de substâncias psicoativas do nosso País, agravando-se com o crescimento do mercado das drogas sintéticas. Este resultado culmina de um ineficaz Plano de Ação Regional de Prevenção e Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (PARPICAD), durante os últimos anos do elenco governativo socialista.

Esta luta tem de iniciar-se pela responsabilidade dos intervenientes políticos, sendo a sua ação direcionada para a literacia em saúde.

Defendemos a promoção de medidas no combate à toxicodependência, através da produção de conteúdo digital, como medida de proximidade à juventude. Defendemos uma maior fiscalização e intervenção dos meios comunitários, junto dos jovens, no seio escolar e nas famílias sinalizadas e vulneráveis a problemas aditivos e dependentes, através de equipas multidisciplinares, exclusivamente a trabalhar nesta área, com o intuito de aplicar estratégias personalizadas a cada atuação;

Devem ser criados “Open Days”, articulados entre as escolas e instituições de saúde mental, incentivando uma partilha de conhecimentos. Nesta articulação deve trabalhar-se também na participação ativa no Dia Mundial da Saúde Mental, com eventos públicos e de carácter lúdico.

Propomos a reativação do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores, melhorando a rede de encaminhamentos e o caderno de encargos, com vista ao aumento da oferta para internamentos de curta duração na reabilitação a par do aumento da faixa etária do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores, ao nível da comunidade terapêutica, passando dos 24 para os 30 anos.



DESPORTO

DESPORTO

O desporto desempenha, em qualquer região, um papel extremamente importante na vida dos jovens, uma vez que estes reservam uma grande parte dos seus tempos livres para a sua prática. A prática desportiva traz benefícios para a saúde e por isso, pretende-se criar uma cultura da prática do exercício físico, aliado a hábitos de vida saudável junto, sobretudo, dos mais jovens. A atividade desportiva proporciona, a quem a pratica, a possibilidade de incrementar o desenvolvimento físico e contribui para a interação entre os indivíduos, gerando um sentimento de pertença de grupo. Acresce a isto, o contributo que esta prática oferece, tanto no alcance de objetivos comuns, bem como na sua influência na compreensão dos papéis de género. Acresce a estes um novo benefício, o bem-estar psicológico, que a atividade física proporciona.

Pretende-se que a prática desportiva reverta para uma melhoria na qualidade de vida dos jovens, sendo urgente que o mesmo consiga abranger todos os que o queiram praticar.

Para dar uma melhor resposta às necessidades existentes, urge criar infraestruturas adequadas bem como garantir equipamentos em número suficiente por forma a dar condições para a prática desportiva. É importante estreitar os laços entre a tutela e os vários serviços de desporto de cada ilha, por forma a dar condições para que a prática desportiva, nas várias modalidades, possa ser uma realidade cada vez mais próxima dos jovens açorianos.

Em todas as ilhas do Arquipélago existem locais de excelência para a prática de desportos náuticos e a nossa Região tem sido considerada um dos destinos mais interessantes para a prática de desportos como o surf, o bodyboard, o paddle, a pesca desportiva, o mergulho, o snorkeling e o canyoning. No entanto, nem sempre esta potencialidade é explorada, fazendo-nos crer que há um potencial no mar que não está a ser devidamente aproveitado. Assim, urge tomar medidas junto de instituições locais, com fins lucrativos ou não, por forma a criar um plano de atividades, que se desenvolvam ao longo do ano, e que possam ser praticadas pela população mais jovem. Para isso, é necessário apostar em campanhas de sensibilização nas escolas e, desta forma, fidelizar novos

praticantes destas modalidades desportivas. É prioritário canalizar apoios económicos para que estas ações se possam efetivar.

A par disto, as empresas turísticas poderão representar uma mais-valia para a economia local, quando promovem eventos desportivos. Não é novidade que a realização de eventos desportivos gera dividendos para a economia local/regional e lança novos desafios na área do turismo.

Nos últimos anos, tem havido uma procura crescente para a prática de desportos náuticos, em virtude de se ter registado um aumento do número de visitantes na Região. Com o intuito de dar resposta a esta procura, e como forma de incentivar a economia local/regional, é necessário tomar medidas, tais como atribuição de benefícios fiscais a empresas turísticas locais, desburocratizar os processos de criação de empresas e dar respostas rápidas às necessidades que surgem no processo de abertura de empresas. Propomos também a criação de um gabinete de apoio aos novos empresários para facilitar o processo de criação de empresa, podendo este ser uma mais-valia para os jovens empresários.

Surge ainda a necessidade de fazer uma aposta no Desporto Adaptado, criando oportunidades iguais para todos os jovens açorianos. O desporto adaptado visa promover a prática regular de atividade física desportiva, junto da população portadora de deficiência, na persecução dos princípios da universalidade e da igualdade no acesso de todos os cidadãos ao desporto, sem discriminação. Esta atividade não pode ser remetida para tempos residuais de treino ou para mera exercitação para a melhoria de funcionalidades; deve ser considerado como um modelo cultural atendendo à especificidade de cada grupo social e criar condições para que ele seja praticado. Este desporto deve ser visto também com o intuito de competição e não como apenas um convívio entre essas pessoas que têm limitações físicas. Desta forma, apostamos no desenvolvimento de uma política séria, com uma aposta na inventariação do número de atletas existentes em cada espaço geográfico/ilha e na criação de protocolos com entidades locais para que o desporto adaptado se torne numa competição desportiva e de excelência. Neste sentido, pretende-se que haja uma igualdade no acesso à prática desportiva, onde este desporto tenha um lugar a par dos outros desportos.

Para ter esta visão alargada do desporto adaptado é necessário mobilizar os responsáveis do serviço de desporto de ilha para que possam fazer um levantamento do número de atletas existentes em cada ilha, com interesse em praticar desporto, e estabelecer parcerias com entidades que possam apoiar este tipo de desporto.

O Desporto deverá ter como missão proporcionar o bem-estar físico e psicológico a todos os indivíduos, sem exceção. Quando se pretende fazer uma aposta na área desportiva, não podemos esquecer a importância da qualidade, segurança e do acesso a infraestruturas e equipamentos desportivos. Neste sentido, é importante criar e manter as infraestruturas existentes, evitando a sua degradação e minimizando riscos.

Neste âmbito, apostar-se-ia na criação de polidesportivos e multiusos para facilitar a prática de diversos desportos num mesmo recinto; de piscinas cobertas para incentivar à prática da natação; de melhores oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência para praticarem desporto federado, bem como de incentivos para o desporto federado náutico.

Os serviços de desporto de ilha têm um papel importante na divulgação da informação junto da população e no garante da prática desportiva. A veiculação dessa informação deve ser feita em primeira instância, junto das faixas etárias mais jovens no sentido de incrementar a prática desportiva e torná-la parte integrante do dia-a-dia destes indivíduos. No entanto, é igualmente importante não esquecer as restantes franjas da sociedade que merecem uma atenção especial, uma vez que a prática desportiva é um vetor fundamental para a criação de modos de vida saudáveis.

Relativamente à população mais jovem, será importante criar condições para motivar novos atletas para integrar os vários clubes das diferentes modalidades. Para isso, deverá ser feita uma aposta de divulgação das diferentes modalidades junto das escolas por forma a garantir um aumento do número de atletas federados. Também é igualmente importante apostar, de forma séria e consistente, em treinadores com formação académica especializada para garantir um maior profissionalismo na prática de modalidades. Desta forma, garante-se também que os atletas possam participar em maior número em

competições nacionais e internacionais, sendo este um fator motivador para os praticantes.

Por outro lado, os serviços de desporto de ilha deverão promover uma diversificação no seu plano de atividades por forma a abranger a restante população, procurando ir ao encontro das suas necessidades e interesses. Neste âmbito, é importante fazer uma aposta na recuperação de percursos pedestres (como mais afrente se ressalva no capítulo “Ambiente”) e adquirir equipamentos de prática desportiva mais generalizado, colocados em locais estratégicos e de fácil acesso, para que possa ser usufruído por toda a população.

Para otimizar os recursos e as potencialidades dos vários atletas, o Serviço de Ilha deverá criar uma base de dados onde fosse possível juntar toda a informação relativa ao desporto federado e aos respetivos atletas. Seria importante também recolher informação sobre as necessidades na área desportiva e o apoio em especial às empresas cuja atividade está relacionada com a prática desportiva.

Os serviços de desporto de ilha deverão ser mais ambiciosos no sentido de incluir novas modalidades desportivas no âmbito da sua ação, nomeadamente, no que diz respeito aos desportos náuticos.



EMPREGO

EMPREGO

A Região continua com taxas preocupantes de desemprego jovem. A procura estéril de trabalho e de oportunidades de emprego e formação cria constrangimentos nos jovens, associados a sentimentos de isolamento, dependência e inutilidade. Importa lembrar os efeitos negativos das sucessivas crises na economia e numa sociedade em envelhecimento, de um país e uma Região como a nossa.

Os jovens fazem parte do grupo mais severamente atingido pela crise económica e financeira de 2008. A taxa de desemprego para a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos na UE aumentou de 15% em 2008 para 24% no início de 2013.

Nos anos seguintes, esta taxa baixou. E à escala europeia registou uma melhoria contínua, ao atingir os 14,1% em dezembro de 2019. Embora a nova crise provocada pela pandemia Covid19 possa a inverter este ciclo e agravar este cenário, aumentando os números. Em agosto de 2020, a taxa de desemprego dos jovens era de 17,6% na UE.

Deste modo, para evitar um retrocesso ao passado recente, e de forma a mitigar os números do desemprego jovem, as políticas públicas deverão ter em atenção medidas pró-ativas aliadas às políticas comunitárias, como incentivos à criação do próprio emprego, incentivos ao empreendedorismo jovem, apoios atribuídos às empresas para contratação de jovens à procura do primeiro emprego e a reestruturação dos atuais programas de emprego em vigor na RAA - o que já se começa a sentir.

Estimular a criatividade e empreendedorismo jovem (criação do próprio emprego):

Defendemos estímulos à criatividade e ao empreendedorismo jovem. Para fomentar esta medida, deverá ser criado um conjunto de instrumentos de promoção do empreendedorismo através de apoios à criação de empresas e ao próprio emprego. A aposta deve recair na atribuição de apoios a projetos de emprego desenvolvidos por beneficiários dos subsídios de desemprego, através

da antecipação do pagamento desse valor, medida que voltamos a abordar no capítulo “Cariz Social e Económico”

Deverão ser reestruturados os apoios à contratação jovem. Defendemos a atribuição de apoios financeiros às empresas que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos nas agências de emprego, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

Deverão ser destinatários deste incentivo os indivíduos inseridos numa das seguintes situações: desempregado há pelo menos seis meses consecutivos ou há pelo menos dois meses consecutivos, quando se trate de pessoa com idade igual ou inferior a 30 anos. Deverão ainda ser destinatários, independentemente do tempo de inscrição, quando se trate de um beneficiário do Rendimento Social de Inserção ou pessoa com deficiência e incapacidade.

A atribuição destes apoios financeiros devem inserir-se nos seguintes moldes: doze vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), no caso de contratos de trabalho sem termo, e seis vezes o valor do IAS, no caso de contratos de trabalho a termo certo. Estes apoios serão majorados a 10% no caso de contratação de desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção, a pessoas com deficiência/incapacidade e a pessoas que integrem famílias monoparentais. No caso de contrato de trabalho sem termo, serão majorados também a 10%, os desempregados inscritos há pelo menos dois meses consecutivos e com idade igual ou inferior a 30 anos, e pessoas inscritas no centro de emprego, há pelo menos doze meses consecutivos.

Não descurando os programas apresentados já em 2021, pela SREQP, nomeadamente o CONTRATAR + e o CONTRATAR ESTÁVEL, os quais consubstanciam as medidas propostas anteriormente, estando assentes na realidade em que vivemos e demonstram uma capacidade tremenda em dignificar o acesso ao emprego pelos jovens residentes na RAA, ainda existe uma grande lacuna assente nos programas que promovam a inserção e o primeiro contato com o mercado de trabalho por parte dos jovens, assim deverão igualmente ser reformulados os programas ocupacionais e de estágio, de modo acompanhar a tão acalma mudança de paradigma socioeconómico.

HABITAÇÃO

HABITAÇÃO

Nos dias de hoje, um jovem tem francas dificuldades em tornar-se independente, mesmo que altamente qualificado. Os baixos salários, a elevada tributação e o deficitário rendimento líquido disponível assim o condicionam. Dados indicam que os jovens portugueses são dos últimos, no contexto europeu, a emancipar-se.

O acesso à habitação está necessariamente ligado à estabilidade laboral. Este direito está aliado à constituição de família, tornando-se num alicerce para a garantia de novos ciclos económicos. Afigura-se assim necessário dignificar o acesso à primeira habitação e facilitar os incentivos à aquisição e ao arrendamento.

O programa de apoio de acesso à primeira habitação visa apoiar a promoção de soluções para jovens que vivem em condições menos dignas, que estejam à procura de primeira habitação em território da RAA e que ainda não disponham de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. Deverão beneficiar deste incentivo, as famílias que se enquadrem nos critérios acima mencionados.

A promoção e avaliação destas soluções deverá ficar a cargo da Direção Regional da Habitação, em estreita articulação com Municípios, entidades públicas, associações de moradores e cooperativas de habitação e construção, bem como com proprietários de imóveis situados em núcleos degradados.

Este programa de apoio deve estar assente numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação de edifícios degradados. Com este desígnio, aposta-se em abordagens que promovam a inclusão social e territorial, mediante a implementação de políticas comunitárias e setoriais, com cooperação entre a administração regional, local e entre o setor público e o privado.

Comitantemente, as rendas devem ser inferiores aos valores de referência de mercado, calculadas com base em fatores como a área do alojamento, a mediana de preços divulgada pelo INE e SREA, a tipologia e outras características específicas do alojamento. Também devem ser atribuídos benefícios fiscais aos contribuintes inseridos neste regime de arrendamento, como isenção de IRS no primeiro ano de contrato.

O prazo do contrato de arrendamento deve ser no mínimo de cinco anos, excetuando-se de alojamentos destinados a estudantes do ensino superior, que não deve ser inferior a um ano. No âmbito deste programa, podem ser arrendadas habitações (moradias unifamiliares e apartamentos), com os requisitos mínimos de segurança, sanitários e conforto, sujeitos a verificação por parte das entidades inspetoras.

Com uma política de habitação eficaz, conseguimos contribuir para a emancipação dos jovens. Importa refletir sobre o acesso ao mercado de trabalho e a premente necessidade de uma subida generalizada dos salários, bem como promover o conhecimento dos jovens quanto aos direitos laborais e suas estruturas de representação, em particular num momento de acelerada transformação digital, que exigirá uma natural adaptação e evolução do modelo tradicional de emprego. A representação dos jovens nos fóruns de concertação de políticas de emprego pode ser um rumo inovador e potenciador da diversidade do diálogo público estruturado.

A área da habitação necessita de uma análise crítica dos atuais modelos e programas de apoio à habitação jovem, como por exemplo o Porta 65, o aumento do Parque Habitacional Público ou o alojamento estudantil, procurando uma adequação da resposta pública e privada aos constrangimentos no acesso à habitação digna na juventude.



AMBIENTE

AMBIENTE

Cada vez mais, assistimos não só a fenómenos climáticos que ameaçam todos os nossos ecossistemas, mas também à contaminação destes devido a fatores antropogénicos. Portugal, e principalmente os Açores, no que toca a energias renováveis são um exemplo a seguir. No entanto, as preocupações ambientais vão muito além dos problemas associados aos recursos energéticos.

O maior erro que cometemos, em relação às alterações climáticas, é apenas associá-las ao aumento da temperatura e do nível médio das águas do mar. No entanto, um dos maiores problemas que enfrentamos é a destruição de ecossistemas inteiros, devido à desertificação dos solos, poluição atmosférica, contaminação dos solos e das águas, colocando em risco a saúde pública e a sobrevivência das comunidades.

Sendo a Região Autónoma dos Açores um destino turístico, privilegiado pela sua natureza única, e reconhecido internacionalmente como um dos melhores destinos turísticos sustentáveis e de natureza, este é um tema de extrema relevância para o desenvolvimento económico e para uma melhoria da qualidade da marca Açores no exterior. Não podemos esquecer que, com o turismo, é exercida uma maior pressão aos ecossistemas, muito frágeis das nossas ilhas, devido a um aumento na poluição do ar e conseqüente poluição dos solos e das águas, e também a um aumento da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU).

Nos últimos anos, a Comissão Europeia estabeleceu como uma das suas metas a reciclagem de 55% de todos os resíduos produzidos em cada um dos estados-membros, até 2030. Através da Lei climática foi estabelecida a meta de atingir a neutralidade carbónica até 2055, tendo Portugal sido um dos 26 países da União Europeia a aceitar este compromisso.

Esta Moção Global tem por bases de pensamento a garantia de um desenvolvimento mais sustentável da nossa Região, virada para a natureza e não contra ela, apostando no que temos de melhor e indo ao encontro das metas estabelecidas pela Europa, para um desenvolvimento sustentável e melhoria da saúde pública.

Infelizmente, nos Açores ainda muito tem que ser feito para atingirmos as metas europeias, a começar pela produção de resíduos. Temos que ter um plano de prevenção, associado ao impacto que o turismo tem no aumento de resíduos na Região.

Propomos ações de sensibilização para a prevenção e gestão de resíduos, através da adoção de boas práticas de consumo e redução de resíduos, bem como a sensibilização, a nível local, para a necessidade de adoção de práticas de proteção do meio ambiente, dinamizando ações de limpeza de orla costeira e de linhas de água.

Devem, comitadamente, serem adotadas medidas de forma a reduzir o lixo terrestre que entra no ecossistema marinho, minimizando o risco de ingestão e enredamento das aves marinhas, mamíferos e outras espécies aquáticas.

A par do proposto, deve ser aumentada a rede de contentores de reciclagem nos locais de maior procura turística, minimizando a quantidade de resíduos largados na natureza e todas as ilhas devem ser equipadas de Estações de Tratamento de Resíduos Urbanos, de forma a aumentar o tratamento e valorização dos RSU produzidos na Região. Fomentamos assim o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos produzidos, diminuindo as quantidades de resíduos depositados em aterro.

A Comissão Europeia, através do Pacto Ecológico Europeu, estabeleceu o combate contra a poluição do ar, águas e solo, como um dos principais fatores para o desenvolvimento sustentável, definindo a proteção deste como um dos principais objetivos para a Europa.

De forma a uma diminuição da poluição atmosférica, das águas e dos solos, deve ser defendida a redução do número de transportes públicos que utilizam combustíveis fósseis na Região, substituindo-os por alternativas com combustíveis limpos.

Devemos começar uma transição das frotas de carros de aluguer tradicionais, para carros elétricos, de forma a reduzir substancialmente as emissões não só de gases, como de matéria particulada para a atmosfera, água e solos. Nesse

desígnio, deve ser alargada a rede de pontos de carregamentos de veículos elétricos.

Devem ser privilegiadas medidas de prevenção de forma a reduzir a emissão de contaminantes para os solos e águas. Para isso, defendemos a adoção de ações de sensibilização, para a importância da água e dos solos para um desenvolvimento sustentável e para os ecossistemas;

Com o aumento da procura de alimentos de origem biológica, deve ser incentivada a agricultura sustentável. A Região deve apostar numa produção que permita menores emissões de metano e dióxido de carbono para a atmosfera, reduzindo drasticamente a contaminação dos solos e a poluição das águas.

Com o aumento do turismo, deve ser melhorada a sinalética informativa dos locais de interesse, bem como dos trilhos e percursos pedestres da Região.

Propomos ainda a criação de uma aplicação que conjugue todos os trilhos dos Açores, com os pontos de interesse de cada local, permitindo um rastreamento do trilho mesmo em locais sem cobertura de rede.

Devem ser criadas ações de sensibilização para a importância do património cultural e natural dos Açores e a sua relevância no panorama nacional e internacional bem como uma maior dinamização do Geoparque dos Açores, através da sinalização de novos geossítios, melhoria da informação e da acessibilidade nos locais já sinalizados.



MAR

MAR

Devemos ao mar muitos dos alimentos que chegaram e chegam às mesas açorianas. No entanto, ao longo dos últimos tempos, temos assistido a um abandono, por parte das políticas públicas, ao setor do mar.

A limitação de quotas de pescado, levou a uma diminuição do poder económico dos proprietários de embarcações; as famílias que, ainda hoje em dia, subsistem da pesca têm rondado o limiar de pobreza nos Açores, pelo desinvestimento realizado neste setor. Culpam-se as irregularidades atmosféricas, as consequências da insularidade, as alterações decorrentes das legislações europeias, e a ineficácia política - fatores que, no limite, condicionam o valor comercial dos bens extraídos do mar. Para o contrariar, é necessário apostar na renovação das embarcações e na formação dos profissionais da pesca.

A Zona Económica Exclusiva referente ao espaço que circula os Açores carece de fiscalização. A zona exclusiva protegida encontra-se sobre pesca ilegal, desfavorecendo os pescadores que se situam nos Açores. É necessário apostar na regulamentação sobre a vinda de embarcações de outras localizações para o espaço português em busca de pesca de espécies protegidas, que causa um desfecho devastador no mar dos Açores, criando uma desregulação face às limitações de pesca impostas aos pescadores registados na região.

Os Pescadores, face também ao baixo custo de produção e de venda do seu produto, carecem de estabilidade laboral. É necessário promover e realizar encontros que dignifiquem a profissão, que possam contribuir para uma partilha de boas práticas entre os profissionais do setor, e para a atualização das técnicas utilizadas na pesca.

Por fim, defendemos a necessidade de se prestar assistência e orientação técnica e jurídica permanente aos profissionais.



AGRICULTURA

AGRICULTURA

A agricultura e pecuária são pilares fortemente representados na economia açoriana e de sobremaneira enraizados nas famílias açorianas. Desta forma, urge uma aplicação estrutural que nos consiga catapultar para o mercado externo e sobretudo, com a devida qualidade que nos distingue no mercado, temos de ter uma agricultura focada em conseguir uma forte representação no mercado estrangeiro, competitiva em termos de valor, para que seja uma das nossas principais riquezas. A Região Autónoma dos Açores exporta anualmente X toneladas de produtos como a carne, o leite, o queijo, entre outras produções.

Ao longo dos anos tem se verificado um significativo aumento no que toca ao desenvolvimento e ao investimento na tecnologia no setor agrícola, para aumentar a sustentabilidade. Os Açores são uma das Regiões da Europa com maior qualidade no produto, porém, com o maior desinvestimento. Existem elevados custos na produção que não permitem uma flexibilidade de preços, com margens para se conseguir ter uma base de negociação.

Para além do exposto, este é um setor francamente envelhecido. Os jovens empresários agrícolas encontram grandes dificuldades no setor, o que gera pouca atratividade para a profissão.

Precisamos de um leque maior de projetos para que se possam acompanhar os desenvolvimentos de outros países e que se cimentam cada vez mais no mercado internacional. Cabe-nos, enquanto jovens, inovar e defender formas de incentivo para a Região, com vista a uma capacidade de desenvolvimento do setor e ao seu rejuvenescimento. Este é um setor com história, tendo sido um dos mais importantes na consolidação da economia açoriana durante décadas.

Propomos a alteração da tabulação do valor mínimo do litro de leite para 0,25 cêntimos. Os nossos produtos agrícolas, largamente premiados a nível nacional e internacional, encontram-se abaixo do preço praticado pela Europa.

A nossa condição de insularidade não nos pode colocar em desvantagem. Antes deve ser aproveitada para a nossa valorização.

Propomos ainda maior facilidade no acesso a linhas de crédito jovem com vista ao desenvolvimento agrícola e à primeira instalação.

Com as dificuldades e os elevados custos inerentes ao desenvolvimento da prática agrícola, os jovens necessitam de recursos económicos para se instalarem e desenvolverem os seus negócios. Com um programa moroso e com atribuições de valores repartidos ao longo do tempo, faz com que o produtor jovem não consiga obter financiamento para que se torne autossustentável e assim assimilar o seu negócio à partida.

Defendemos também a realização de encontros formativos regionais para fomentar a aquisição de novos conhecimentos e a partilha de boas práticas.

Com a necessidade de criar uma otimização e melhorar os conhecimentos utilizados na agricultura e na pecuária, defendemos a melhoria de condições bem como de técnicas utilizadas conforme as regras comunitárias.



CULTURA

CULTURA

Com quase seiscentos anos de História, a Região Autónoma dos Açores conta com inúmeras especificidades culturais, não só a nível da Região, mas em cada uma das nove ilhas. Os Açores têm uma cultura em comum e nove culturas singulares, que necessitam de um olhar redobrado por parte das políticas públicas. Por sermos uma região com nove ilhas, torna-se fulcral valorizar individualmente cada cultura, e abraçá-las no seu conjunto.

Viver uma ilha açoriana é conhecer o presente e garantir o realce do seu passado. A nossa candidatura quer enfatizar todo o património material e imaterial da nossa gente, e criar raízes para a elogiar.

Defendemos a necessidade de difundir nas escolas o significado de Açorianidade, criando uma disciplina específica para todas as crianças e jovens conhecerem a história e a cultura dos Açores.

Falar de cultura açoriana, é falar da tradição de filarmónicas e da formação musical que estas são responsáveis. Estas bandas de música são parte importante do nosso património, animando as festas das nossas ilhas. Elas são as grandes responsáveis pela animação na celebração do Divino Espírito Santo, que mesmo celebradas de maneira diferente de ilha para ilha, fomentam a Açorianidade.

Defendemos ainda, o folclore e a etnografia Açoriana, que garantem a divulgação do nosso passado, das nossas tradições, hábitos e costumes.

Para a valorização das nossas filarmónicas e dos nossos grupos de folclore, defendemos intercâmbios entre eles que, para além de gerar convívio, mantêm a nossa tradição viva, gerando a partilha de boas práticas. Defendemos ainda o alargamento dos programas de apoio extraordinário para a aquisição e manutenção de instrumentos musicais, para a manutenção de fardas e trajés e para festivais de filarmónicas e folclores.

Para valorizar estas entidades e as suas associações, defendemos a criação de um projeto que as leve às escolas para, mais uma vez, e em tempo não letivo,

fomentar a Açorianidade e garantir a continuidade da divulgação das nossas tradições e costumes.

Cada ilha tem ainda o seu património imóvel, agora celebrado em museus, bibliotecas, arquivos ou monumentos de interesse, que têm de estar devidamente assinalados e celebrados, para além de mantidos em condições de visita.

Defendemos a criação do cartão Jovem +História, com descontos para que os jovens possam disfrutar destes mesmos sítios históricos e culturais.

Não podemos continuar a fazer da cultura o parente pobre dos orçamentos da região, quando tanta gente, especialmente jovens, dependem deste setor, e são vítimas de um crónico subfinanciamento, de precariedade e de falta de investimento estrutural. Este setor, já antes precário, considera-se um dos mais prejudicados durante a pandemia, e a par do turismo.

É necessário tirar os jovens artistas do eterno recibo verde, criando um estatuto próprio para eles, tornando-os mais resilientes a crises, através de carreiras contributivas mais estáveis, sólidas e duradouras.

Defendemos a Integração das coletividades artísticas locais nos programas culturais camarários e governamentais; a criação de uma rede destas coletividades artísticas, para estarem devidamente identificadas e um festival anual, a circular por todas as ilhas, de modo a fomentar não só o convívio artístico, mas também o conhecimento da tradição Açoriana.



CARIZ SOCIAL E ECONÓMICO

CARIZ SOCIAL E ECONÓMICO

Com uma taxa de desemprego a continuar em tetos elevados, é urgente rever um plano de majoração económica que beneficie os jovens e garanta a revitalização da economia.

Os empresários em nome individual possuem, na sua maioria, salários exclusivamente dependentes do seu rendimento, o que cria instabilidade económica recorrente. Assim sendo, propomos a criação de uma remuneração base de 150€, para fazer face ao impacto da Covid19 nos Açorianos. Com esta proposta, muitos jovens açorianos ficam possibilitados de sair de situações de desfavorecimento económico, fomentando a retoma económica.

Defendemos um programa “JOVEMHABITA” onde os jovens com idade até aos 35 anos possam adquirir a primeira habitação com incentivos fiscais e com a possibilidade de compra e reconstrução de propriedades abandonadas que estejam na posse de particulares ou do estado.

Defendemos a criação do programa “JOVEM EMPREENDE +” onde os Jovens que foram colocados no fundo de desemprego possam usar o subsídio de desemprego na sua totalidade, ou uma percentagem, para a criação de um projeto que crie riqueza, emprego, e que empreenda em áreas fulcrais para a Região. Este jovem empreendedor receberá uma majoração e isenção de IVA por um período de 12 meses de para o limite mínimo legal permitido. Após aprovação do projeto, seria dada facilidade ainda a este jovem na preparação de candidaturas a fundos comunitários.

Defendemos ainda um programa “taxINvest”. Com a crise da pandemia a afetar todos os setores sociais, e com uma fatia grande dos jovens açorianos em situação de trabalho precário, propomos que, durante um ano, um jovem possa ver o valor pago do IVA deduzido em compras e serviços, como restauração e comércio tradicional, no ano seguinte.

Com a desertificação das ilhas mais pequenas e com a migração para ilhas maiores, como São Miguel e Terceira, é fundamental recorrer a benefícios fiscais e municipais, como a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para empresas e particulares, que pretendam fixar-se por um período de dez ou mais

anos numa das ilhas mais pequenas. Ressalve-se que as ilhas de São Miguel e Terceira possuem 79,26% da População total dos Açores, totalizando 192 431 habitantes.

O objetivo deste projeto é o de fixar Pequenas e Médias Empresas, possibilitando a minimização de custos, a criação de postos de trabalho, apoiando o desenvolvimento das ilhas, dos seus concelhos e das suas freguesias.

Com a crise pandémica e a necessidade de se redesenhar um fomento económico para as famílias, com graves prejuízos a nível económico, urge, criar uma linha de apoio de forma a estabilizar famílias jovens com rendimentos de risco de pobreza de forma a minimizar o impacto que a pandemia trará para as mesmas.



COMPROMISSOS INTERNOS NA ESTRUTURA

A UNIÃO ESTRUTURAL DA JSD AÇORES

A JSD é a estrutura de representação juvenil da social-democracia. Está enraizada nos princípios de liberdade, igualdade e solidariedade, com o objetivo de construir uma sociedade mais digna, justa e livre, através da defesa de uma eficiente ação política.

Nos Açores, a estrutura regional não difere, sendo caracterizada por um espírito de união e de orgulho no nosso povo, disperso pelas nove ilhas. Esta é uma juventude que se define com garra, ambição e motivação para continuar a trabalhar por todos os jovens açorianos.

A necessidade de prosseguir com o trabalho realizado até ao momento e a capacidade deste projeto de delinear as prioridades da juventude atualmente, move-se pela capacidade de inovação de oportunidades nas políticas de juventude, como na necessária articulação entre a Comissão Política Regional e as restantes estruturas de todas as ilhas.

Salienta-se a importância que as bases de militância da nossa juventude alcançam, devido à sua proximidade com a juventude local. As causas que nos mobilizam é a capacidade de solucionar as necessidades de cada jovem, no seu quotidiano, independentemente da ilha de residência ou de ser um jovem filiado com interesses partidários. O nosso projeto inclui a juventude como um todo, sem qualquer fragmentação partidária, social ou territorial.

O papel das nossas estruturas por toda a Região, traduz-se na necessidade de desenvolver atividades e políticas plurais para os jovens, seja qual for a localização arquipelágica. A nossa identidade é a liberdade, é o pensamento crítico e justo, seja qual for a política implementada.

Queremos dar prioridade à reestruturação das bases de militância da nossa juventude. Este é um projeto a ser desenvolvido nos próximos dois anos de mandato, por esta candidatura à Comissão Política Regional.

Pelo limite natural de idade, perdemos anualmente inúmeros militantes. No curto espaço de um ano, perdemos mais de 58 militantes, devido, na sua maioria, ao atingir a maioridade. Assim, e dando resposta a esta consequência, a JSD

Açores deve ser capaz de promover e reunir esforços para a renovação da sua estrutura.

Torna-se fulcral rejuvenescer e, através da estruturação e reativação de núcleos de freguesia, conseguir garantir uma maior proximidade aos jovens, nas suas localidades. Este desígnio fortalece e renova as estruturas de concelhia e ilha, atingindo ganhos maiores para a nossa juventude, com a inscrição de novos militantes.

Paralelamente, torna-se imprescindível motivar e incentivar tantos quantos pertencem às estruturas, e que, por vezes, carecem de apoio para continuar ativamente a participar nas atividades e no desenvolvimento de políticas desta juventude. A motivação e o empenho por parte dos militantes pode partir dos próprios, sendo entusiastas da sua atividade entre estruturas, mas também do incentivo entre a Comissão Política Regional e as estruturas de ilha e concelhias. O intercâmbio entre estas estruturas deve ser fortemente incentivado.

No próximo mandato da JSD/Açores, pretendemos desenvolver um plano de ação anual e partilhado entre todas as estruturas, para que haja uma maior articulação entre as atividades. Torna-se fundamental a criação de uma minuta de relatório a ser disponibilizada a todas as Comissões Políticas de Ilha, ajudando assim a melhorar a eficiência das atividades propostas.

A comunicação interna deve ser revista. Internamente e entre estruturas, comunicar é relevante para uma maior eficácia, junto das nossas Comissões Políticas de Ilha/Concelhia e núcleos de freguesia, ao fornecer uma ferramenta digital que permita um alcance na aproximação entre todas as estruturas da JSD/Açores na sua pluralidade de partilhas.

Com o intuito de aproximação, este projeto compromete-se trimestralmente, ou sempre que necessário, reunir com as estruturas de cada ilha e respetivas concelhias da mesma ilha, objetivando a auscultação frequente às bases da nossa juventude. Isto para que a Comissão Política Regional consiga ter maior conhecimento dos desafios sentidos por cada estrutura, com o propósito de colaborar na solução.

De modo a unir a juventude, não só insular, mas a nível continental, pretendemos trabalhar em estreita parceria com a estrutura nacional da JSD, em vista a um maior número de parcerias em atividades políticas, na eficácia da transição de militância (Açores-Nacional) e nos processos burocráticos que isso acarreta, mesmo através da plataforma digital.

Enquanto estrutura regional pretendemos olhar atrás para refletir, o que demais e melhor ainda há a desenvolver, nunca menosprezando o legado deixado e o árduo trabalho, em prol da juventude dos Açores. Tudo isto aconteceu, quando as dificuldades e entraves tentavam superar qualquer resiliência, numa governação socialista instalada durante 24 anos, até ao final do ano transato.

Com este sentido de responsabilidade pelo percurso percorrido até aqui, este projeto pretende continuar e aperfeiçoar o que foi desenvolvido. E, deste modo, assumo o imprescindível papel dos gabinetes de estudo, quer seja do ensino secundário ou superior, na sua eficaz fundamentação para as políticas de juventude nestas áreas de ensino. Além, do ensino secundário e superior, na sua semelhança de funções, devemos também abraçar o ensino profissional com um gabinete de estudos, abrangendo assim, os ensinamentos que mais necessidades acarretam à juventude açoriana.

Na mesma linha de semelhança, este projeto visualiza a Universidade de Verão como ponto de destaque para a participação ativa dos jovens na política. Além de uma escola de formação política, deve ser também uma escola de formação cívica, dando especial importância nas próximas edições às temáticas do futuro, de modo a formar cada vez melhor o futuro dos Açores, a juventude.

De forma a manter a proximidade e a participação ativa de todos os militantes, este projeto defende uma reestruturação dos atos eleitorais internos da estrutura, no que diz respeito às eleições das Comissões Políticas de Ilha e Concelhias. Isto, através de uma plataforma online, devidamente fidedigna, que permite aos militantes deslocados da sua ilha de residência, participem no ato eleitoral, com o voto digital.

No presente ano, Portugal enfrenta um novo ato eleitoral por todo o seu território, as eleições autárquicas. Um sufrágio de extrema importância para as decisões do poder local, de acordo com a sua proximidade com a população. Para ocorrer

de forma assertiva, os candidatos aos executivos camarários, juntas de freguesia, assembleias municipais e de freguesia devem ser constituídos por personalidades dotadas de capacidades técnicas e de proximidade com a comunidade, mas também personalidades conscientes das responsabilidades das suas ações políticas locais.

A juventude tem de ser integrada de forma ativa nestas responsabilidades políticas, visto que as políticas de juventude, têm de ser, de e para os jovens, com a sua participação contínua desde o início de todo o processo autárquico. Neste sentido, a JSD Açores em conjunto com as suas estruturas locais tem de ter um papel preponderante, nas negociações com as estruturas do nosso Partido, incentivando a ação política dos jovens autarcas, de modo a preparar o futuro.

As políticas municipais de juventude devem ser de particular prioridade em cada concelho, com maior determinação e observação, por parte dos executivos camarários. Logo, não pode cair no esquecimento a importância da convocação ao Conselho Municipal de Juventude, como acontece em muitos municípios da nossa Região. Este é fundamental para colocarmos a nossa posição, no palco da discussão destas políticas municipais. As nossas estruturas de concelhias devem estar preparadas para debater e marcar posição ativamente, na convocação e participação destes Conselhos.

À semelhança do referido anteriormente, o Conselho Regional de Juventude é também de elevada importância para as políticas de juventude, neste caso amplamente, nas políticas regionais.

Este deve ter presente o intuito de imparcialidade, no que se refere às juventudes partidárias com assento na sua representação, visto que é necessário seguir o seu concreto objetivo, no que diz respeito a regular e estabelecer o regime de enquadramento das políticas de juventude na nossa Região. Para a JSD Açores, o compromisso é de participação ativa, com políticas concretas, defendendo sempre o melhor para a juventude, dando maior destaque e particularidade à regência do Orçamento Participativo Jovem nos Açores.

A JSD é de todos e para todos, independentemente da sua opinião ou manifestação de apoio a qualquer candidatura, quem seja nacional, regional, ilha ou concelhia da JSD.

Abraçamos a causa para solucionar as reais necessidades da nossa juventude, num futuro com esperança, para nós e para as gerações futuras.



#FUTURO COM ESPERANÇA



Ao longo desta jornada que culmina com o Congresso Regional, decorreu uma imensidão de dedicação à nossa juventude e às suas causas.

Esta Moção Global de Estratégia é fruto da dedicação e do sentimento de resiliência, enquanto jovens cientes dos nossos compromissos e responsabilidades em trabalhar nas medidas apresentadas ao longo deste documento.

Assim, agradeço em nome desta candidatura que lidero, a todos os militantes desta estrutura e demais jovens que contribuíram para a elaboração da MGE e do projeto Futuro com Esperança.